

# AS FRONTEIRAS DO PODER. O MUNDO DOS RÚSTICOS

António Manuel Hespanha\*

**Sumário:** Introdução: Mundos submersos: o direito erudito a contrapelo; 1. Tradicional/erudito; 2. Convivência de instâncias: antagonismos e conflitos velados; 3. Oralidade/escritura; 4. Litigiosidade no Antigo Regime; 5. Silvícolas, camponeses, rústicos; 6. O rústico: ingenuidade e ignorância; 7. *In rustico est praesumptio ignorantia*: a questão dos “privilégios” dos rústicos; 8. O costume: entre *iura propria* e *ius commune*; 9. Os juízes locais: às margens da erudição; 10. O perfil do juiz: entre a *prudentia* e a *peritia*; 11. As fontes do direito no mundo dos rústicos; 12. O mundo da magistratura popular; 13. Juízes, rábulas e outras figuras na justiça tradicional; 14. Saber e ignorância: a negação do outro; 15. Erudição, escrita e poder; Considerações finais: A doce violência da “razão jurídica”. Referências.

**Resumo:** O artigo historiográfico analisa a experiência portuguesa na transição de um direito costumeiro que foi se transformando, a partir do Séc. XV, em uma categoria de fonte do direito francamente secundária frente à legislação real e o direito comum, que passaram a regular cada vez mais extensamente a vida social. No plano da administração da justiça, ocorreu o mesmo processo, quando, a partir do Séc. XV, a progressiva intervenção da justiça real (erudita), teria gradualmente substituído a autonomia jurídica dos conselhos e dos senhorios (rústicos).

**Palavras-Chave:** Administração da justiça em Portugal; Direito comum; Direito consuetudinário; Erudito; Rústico.

**Abstract:** This historiographic paper aims at analyzing the Portuguese experience considering the transition of common law, which changed itself from the XV<sup>th</sup> century, in a purely secondary law category, when compared to the real legislation and common law that controlled more and more extensively social life. Concerning justice management, it was the same process, from XV<sup>th</sup> century, when a continuous intervention of real justice (erudite) would gradually have substituted the juridical autonomy of Councils as well as the landlords' one (peasants).

**Keywords:** Justice Management in Portugal; Common Law; Consuetudinary Right; Erudite; Peasants